



História, Literatura e Memórias: o autoritarismo no Brasil Republicano em três obras literárias.

Veredas da História

Valdeci Rezende Borges¹

Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão

Resumo: Considerando a produção literária como fonte documental e testemunha para a História e suporte de apoio da memória coletiva, investiga-se como três literatos brasileiros de diferentes épocas, qual sejam, Lima Barreto, Graciliano Ramos e Marcelo Rubens Paiva, representaram, em suas obras, momentos diversos da história republicana brasileira marcados por práticas de poder e governamentais autoritárias.

Palavras-Chave: representações, história/literatura, memória.

History, Literature and Memories: the authoritarianism in Republican Brazil in three literary works.

Abstract: Considering the literature production as a documental source, witness to history and support to the collective memory, this work investigates the way three Brazilian literati, from different epochs, Lima Barreto, Graciliano Ramos and Marcelo Rubens Paiva, represented in his works several moments of Brazilian republican history characterized by practices of power and authoritarian government.

Keywords: representations, history/literature, memory.

A obra literária constitui um texto da cultura de uma sociedade na qual foi produzida e nos permite conhecer e refletir sobre a realidade da época a que remete, bem como daquela em que foi elaborada. Assim, o livro, em geral, e, em específico, aquele de literatura nos possibilitam realizar leituras sobre as diversas práticas e os conhecimentos que trazem preservados no seu interior e que dizem respeito a uma dada coletividade. Ele é um vestígio

www.veredasdahistoria.com

¹ Dr. em História pela PUC/SP; Professor do Departamento de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão; Pesquisador CNPq.



intelectual, um registro de práticas, como a do pensamento, que armazena ideias, informações, experiências, sonhos e expectativas, sendo um repositório da memória coletiva, preservada do esquecimento por meio da impressão, uma peça do imaginário, que agrega múltiplas imagens e muita imaginação.

Dessa forma, por meio de três obras literárias, produzidas por autores brasileiros diferentes, em épocas dispares e sobre momentos históricos ditatoriais diversos, podemos acessar registros de práticas de poder repressivas empreendidas pelos governantes no Brasil ao longo de nossa história republicana. A obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto², produz uma representação do instituir do governo autoritário do Marechal Floriano Peixoto nos primórdios da recém-criada república brasileira nos fins do século XIX; *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos³, testemunha o avanço do processo de instauração da ditadura varguista em meados da década de 1930, assim como do imaginário tecido por seus ideólogos, das práticas e métodos repressivos de sua polícia política e da sua influência sobre a criação cultural do momento. Já o texto *Feliz ano velho*, de Marcelo Rubens Paiva⁴, apresenta uma leitura prenhe de aspectos inerentes às atitudes ditatoriais dos governos militares do pós 1964, precisamente da década de 1970, período mais ferrenho do regime, e dos anos iniciais daquela de 1980, na qual se deu “abertura” política.

Portanto, nosso objetivo, neste artigo, é abordar alguns traços desses três momentos históricos a partir das referidas produções literárias que são representações e “lugares de memórias”⁵ das experiências desses escritores com as práticas autoritárias de poder implementadas pelos governantes brasileiros.

Tristes fins no alvorecer da República

Triste fim..., realiza uma reflexão sobre a instauração da ditadura do Marechal Floriano Peixoto, expressa numa visão crítica desse governo (1891-94), tratando de suas

² BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Moderna, 1984.

³ RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. Rio de Janeiro: Record, 1996. v. I e II.

⁴ PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. p. 26.



atitudes, do imaginário que cercava e intervinha no exercício do poder e da dimensão pluralista do florianismo, entendido como um movimento social de apoio ao Marechal, mesmo que marcado por manifestações e tendências diversas

Na segunda metade do século XIX brasileiro, às vésperas do fim do Estado monárquico nacional, o ideal de uma forma de governo militar ditatorial para a república a ser criada foi defendido no seio do movimento republicano, que seguia os princípios do positivismo, atrelando as noções de progresso, de ordem e de ditadura ou progresso pela ditadura.⁶ Difundiu-se a ideia de que os militares seriam uma garantia de transição ordeira e que a presença deles nos primeiros anos de funcionamento da nova ordem evitaria possíveis desordens civis. Assim, às vésperas do golpe de Estado contra a monarquia, Floriano Peixoto dizia que a solução para a "podridão", que ia por este país afora, era a instauração de uma "ditadura militar" para expurgá-la e "purificar o sangue do corpo social", que estava "corrompido".⁷

No entanto, realizada a proclamação do novo regime, coube à imprensa o "dever patriótico" de explicar ao povo que não se tratava de uma ditadura militar.⁸ Porém, se, para alguns, permanecia a dúvida de que o "fato foi deles" _ dos militares _ e se continuava sendo, em 03 de novembro de 1891, essa incerteza teve fim, pois o marechal Deodoro da Fonseca fechou o Congresso, impôs a ditadura e, em decorrência disso, ao ser contestado pela Marinha, com o movimento da Revolta da Armada, renunciou, levando seu vice a assumir o poder. Floriano Peixoto, por sua vez, desencadeou forte repressão aos adversários com prisões e execuções sumárias, recebendo apoio dos florianistas. Mas, se, por um lado, a imprensa teve, inicialmente, a difícil tarefa a cumprir, seguida do estabelecimento imediato da censura, da violação dos direitos e restrições à liberdade de expressão, do empastelamento e fechamento de jornais, da prisão de seus proprietários e jornalistas, buscando silenciar os opositores, o que nem sempre conseguiu, por outro, já na década de 1910, veiculou vozes antes amordaçadas ao publicar *Triste fim...* em folhetim no *Jornal do Comércio*.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário de República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁷ PENNA, Lincoln de Abreu. **O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República**. Rio de Janeiro: Sette letras, 1997. p. 56 ; CASALECCHI, José E. **A proclamação da República**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.88.

⁸ CAPELATO, Maria H. R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988. p. 40.



A obra expressa uma testemunha crítica dos fatos, das atitudes governamentais e do funcionamento do novo regime sob a liderança de Floriano Peixoto, que foram contestados com a insurreição dos navios da esquadra, que intimaram “o presidente a sair do poder”. Nesse contexto, segundo Barreto, muitos cidadãos defenderam a existência de um “governo forte, até à tirania”, pois a República precisava “ficar forte, consolidada...”, necessitando de um governo que se fizesse “respeitar”.⁹

O florianismo, que comportava e designava todos aqueles que apoiavam Floriano, como movimento social de apoio a sua atuação, vinculava, de forma estreita, a figura do líder, de forte personalidade, a seus seguidores. O Marechal era admirado e venerado; uns se identificavam com sua prática política e outros simplesmente o idolatravam. De uma forma ou de outra, davam-lhe sustentação e governabilidade, à revelia dos mecanismos formais e institucionais, mas havia uma inevitável distinção entre os civis e os militares com ele comprometidos. Entre os civis, muitos agiam movidos pelos ideais doutrinários, outros, em nome de interesses mais pragmáticos, por conveniência, para se beneficiar. Os militares nutriam intenções a favor da nação, da pátria, da ordem e do progresso.¹⁰

O major Policarpo Quaresma, inserido nos quadros do florianismo, defendia a República como uma possibilidade de mudanças, conduzidas pelo dirigente, e com este se identificava. Admirador do presidente, sua atuação política na prática voltava-se para lhe dar sustentação e governabilidade. Policarpo, representando muitos homens do tempo, julgava que o governo republicano precisava ser refeito em bases fortes, para tornar-se respeitado e remover os obstáculos que impediam o levantamento da pátria. Assim, quando certo dia abriu o jornal e “[...] deu com a notícia de que os navios da esquadra se haviam insurgido e intimado o presidente a sair do poder”, lembrou-se de suas reflexões a respeito de “um governo forte, até à tirania...”, que fizeram seus olhos brilharem “de esperança”, e escreveu um telegrama ao presidente dizendo: “Marechal Floriano, Rio. Peço energia. Sigo já. _ Quaresma”.¹¹

Apontando o emaranhado de forças sociais e de atuação coletiva na política florianista, que edificou um imaginário para mobilizar a sociedade, encontravam-se, igual ao major, que ofereceu seus préstimos a Floriano, outros populares que se mobilizaram,

⁹ BARRETO, 1984, p. 65-67.

¹⁰ PENNA, 1997, p. 9-10, 13-4.

¹¹ BARRETO, 1984, p. 64-5.



sobretudo, alistando-se nos batalhões patrióticos, como o “Cruzeiro do Sul”, de cuja formação Policarpo participava. O nome do batalhão incorporava aquele da constelação, um dos símbolos nacionais, presente no emblema da república, a bandeira, indicando seu nacionalismo e de patriotismo. Se Quaresma teve por motivação o ideal de uma “pátria que quisera ter” e “o seu patriotismo se fizera combatente”, mesmo as mulheres, muitas das quais, foram contagiadas por tal espírito. Uma “comissão de senhoras” também ofereceu ao presidente “o seu braço e o seu sangue em defesa das instituições e da pátria”.¹²

Mas nem toda a mobilização popular foi espontânea, havendo muita gente que se alistou “por miséria; gente ignara, simples [...] sem anseio político, sem vontade própria, simples autômatos nas mãos dos chefes e superiores” e mesmo devido ao recrutamento compulsório, como nos indica Felizardo, quando avisou ao patrão que não iria “trabaiá” no sítio, porque havia, conforme os jornais, “baruio” na capital e, diziam, as “foias”, que iriam “arrecrutá”, o que o levara a esconder-se no mato. Muita gente, marinheiros, inferiores, escreventes, operários, brancos, pretos, mulatos, caboclos, “gente de todas as cores e todos os sentimentos” se meteu “em tal aventura pelo hábito de obedecer, gente inteiramente estranha à questão em debate, gente arrancada à força aos lares ou à calaçaria das ruas”. Em tal conjuntura política, com características autoritárias, em que o poder estabelecido era posto em dúvida e atacado, buscou-se proteger sua legitimidade convocando muita gente a apresentar-se para defender a República. Assim, as estações de trem andavam repletas de “um grande número de oficiais, ativos, reformados, honorários...”, pois “os editais chamavam todos a se apresentar às autoridades competentes”.¹³

No entanto, se, na defesa intransigente da República, os militares chamados a se apresentar “estavam contentes” e “palravam alegres”, por outro lado, “os civis vinham calados e abatidos, e mesmo apavorados.” O clima era tenso, e os cidadãos, “Se falavam, era cochichando, olhando com precaução” ao redor, pois “A cidade andava inçada de secretas, ‘familiares’ do Santo Ofício Republicano, e as delações eram moedas com que se obtinham postos e recompensas”, uma vez que

os suspeitos abriam vagas e as dedicações supririam os títulos e habilitações para ocupá-las; além disso, o governo, precisando de simpatias e homens, tinha que

¹² BARRETO, 1984, p. 72, 75-6, 102.

¹³ BARRETO, 1984, p. 65-9, 99-100.



nomear, espalhar, prodigalizar, inventar, criar e distribuir empregos, ordenados, promoções e gratificações.¹⁴

Para enfrentar o arbitrário, o poder estava difuso na sociedade e recorria-se a diversos dispositivos de controle e punição, como as figuras dos guardiões e ouvidores, que contribuíram na tarefa de designar os aliados, os amigos e os rivais, os inimigos, e oferecer-lhes recompensas ou neutralizá-los. Conforme Barreto, “Bastava a mínima crítica, para se perder o emprego, a liberdade, _ quem sabe? _ a vida também.” Desde o início da revolta,

o regime já publicara o seu prólogo e todos estavam avisados. O chefe de polícia organizara a lista dos suspeitos. Não havia distinção de posição e talentos. Mereciam as mesmas perseguições do governo um pobre contínuo e um influente senador; um lente e um simples empregado de escritório. Demais surgiam as vinganças mesquinhas, a revide de pequenas implicâncias... Todos mandavam; a autoridade estava em todas as mãos.[...] Em nome do Marechal Floriano, qualquer oficial, ou mesmo cidadão, sem função pública alguma, prendia e ai de quem caía na prisão, lá ficava esquecido, sofrendo angustiosos suplícios de uma imaginação dominicana [...] Era um terror, terror baço, sem coragem, sangrento, às ocultas...¹⁵

Porém, mesmo entre os militares, havia diferenças e distinções no que refere ao compromisso com o novo regime. Alguns eram comprometidos com a solução republicana e outros adeptos do simples exercício do poder e das satisfações individuais que realizava. Numa conjuntura de prisões e execuções, “Os militares estavam contentes, especialmente os pequenos, os alferes, os tenentes e os capitães”, pois “a maioria” tinha “a satisfação” vinda “da convicção de que iam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia, a todo esse rebanho de civis”. Por outro lado, “em muitos havia sentimento mais puro, desinteresse e sinceridade”, isso no meio dos adeptos do positivismo.¹⁶

Além dessas tendências plurais, a pulverização do poder era uma maneira de criar empregos para os aliados do Estado e poderia ainda ser entendida como forma de estabelecer certa confusão junto à população que nunca sabia, ao certo, que autoridade considerar e sequer onde o poder realmente se localizava. Porém aqueles que monopolizavam a repressão não passavam de meros carrascos, que espalhavam o medo na busca de exterminar os inimigos reais e fictícios do regime.

www.veredasdahistoria.com

¹⁴ BARRETO, 1984, p. 66-9.

¹⁵ BARRETO, 1984, p. 67.

¹⁶ BARRETO, 1984, p.67.



Lima Barreto ateve-se ao ideário e à visão de mundo, oriunda de um pensamento filosófico, travestido de orientação científica, que sustentava as ações do novo regime e dos militares, o positivismo. Ele dizia:

Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassínios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso e também ao advento do regime normal, a religião da humanidade, a adoração do grão-fetichê, com fanhosas músicas de cornetins e versos detestáveis, o paraíso enfim [...] ¹⁷

Os militares, vendo-se ainda, como reformadores da ordem e buscando legitimidade pública, recorriam à crença crescente na ciência. “Os positivistas discutiam e citavam teoremas de mecânica para justificar as suas idéias de governo [...] O prestígio dele era, portanto, enorme”. A maioria dos militares “era positivista e tinha da sua República uma ideia religiosa e transcendente. Fazia repousar nela toda a felicidade humana e não admitia que a quisessem de outra forma que não aquela que imaginava boa. Fora daí não havia boa fé, sinceridade; eram heréticos interesseiros [...]” ¹⁸ Os discordantes eram transformados numa “série enorme de réus confidentes, relapsos, contumazes, falsos, simulados, fictos e conflitos”, pois o “patriotismo” era “monopólio” daqueles que se colocavam junto à “ação da autoridade constituída” ¹⁹ Sendo assim, o autor enfatiza que:

Uns trapos de positivismo se tinham colocado naquelas inteligências e uma religiosidade especial brotara-lhes no sentimento, transformando a autoridade, especialmente Floriano e vagamente a República, em artigo de fé, em feitiço, em ídolo mexicano, em cujo altar todas as violências e crimes eram oblatas dignas e oferendas úteis para sua satisfação e eternidade. ²⁰

Foi nesse contexto, de culto à figura do presidente, que “Uma chusma de oficiais subalternos e cadetes cercou o ditador”, sendo que “os cadetes da Escola Militar formavam a falange sagrada” da República, possuindo “todos os privilégios e todos os direitos”, dos quais “abusavam [...] para oprimir e vexar a cidade inteira”. De acordo com o autor, para muitos, Floriano era “um ídolo político forte”, “enérgico” e “esse entusiasmo e [...] fanatismo, que o ampararam, que o animaram, que o sustentaram”, só foi possível “após se

¹⁷ BARRETO, 1984, p. 67-8.

¹⁸ BARRETO, 1984, p.68.

¹⁹ BARRETO, 1984, p. 68,70.

²⁰ BARRETO, 1984, p.73.



ter ‘fabricado’ à vista de todos e cristalizado a lenda na mente de todos”. Na sua autoridade e na República, “muitos homens honestos e sinceros do tempo” depositaram suas esperanças de uma “grande obra”, de uma “reforma radical [...] ao organismo aniquilado da pátria”, para a qual todos deviam “trabalhar”, buscando “épocas melhores, de ordem, de felicidade e elevação moral”.²¹

Nessas circunstâncias, tal autoridade deveria trazer “felicidade” e “a questão” era “consolidá-la”. No entanto a República do “caboclo de ferro”, segundo Barreto, era um governo pautado numa concepção de “tirania doméstica”, na qual se “o bebê portou-se mal, castiga-se”. No seu dizer, “Levada a coisa ao grande portar-se mal era fazer-lhe oposição, ter opiniões contrárias às suas e o castigo não eram mais palmadas, sim, porém, prisão e morte”. Todavia tais práticas de poder inseriam-se numa “série de violências” que o governo vinha cometendo, acrescidas das deportações e fuzilamentos que assinalaram sua atividade.²²

Dentre as forças de apoio a Floriano, os florianistas, estavam “os radicais da república”, grupo composto por alguns civis e militares, de forte orientação nacionalista, que formaram um movimento conhecido como jacobinismo, visando ao domínio da política nacional.²³ Esses, de acordo com Barreto, sempre se reuniam no Café do Rio e configuravam-se como “levitas” do regime, vivendo “a trocar ideias para a consolidação definitiva da República”, sendo apresentados, ainda, como “a guarda abnegada da República, os intransigentes, a cujos olhos, a moderação, a tolerância e o respeito pela liberdade e a vida alheias eram crimes de lesa-pátria, sintomas de monarquismo criminoso e abdicação desonesta diante do estrangeiro.” Se é indispensável a todo regime autoritário a presença de inimigos que o ameaçam, ela foi associada à monarquia e ao elemento estrangeiro, e, nesse sentido, “O estrangeiro era sobretudo o português, o que não impedia de haver jornais ‘jacobiníssimos’ redigidos por portugueses da mais bela água”.²⁴

Entretanto, se Policarpo, um florianista, no começo da Revolta da Armada, pedira ao Marechal Floriano “energia” e “força”, as quais, “tornaram logo silenciosos” os homens daquele tempo, pois “a época era de susto e temor”, à medida que foi conhecendo melhor os meandros da política ditatorial republicana, quando “as violências, os crimes que tinham

²¹ BARRETO, 1984, p. 70, 73-6.

²² BARRETO, 1984, p. 74-5, 78, 84.

²³ QUEIROZ, Suely R. R. de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²⁴ BARRETO, 1984, p. 91, 78.



assinalado [...] as atividade guerreiras do governo” chegaram a seu ouvido, sentiu ter “um espinho n’alma” e entrou a condená-lo e combatê-lo. Assim, desfazia-se a ideia ingênua que nutria do ditador, entrando a perguntar “que direito tinha ele de vida e de morte sobre seus concidadãos”, uma vez que não se interessava pela sorte deles, por sua vida feliz e abundante, pelo enriquecimento do país, o progresso da lavoura e o bem-estar de sua população. “Era grande sua desilusão”, mas, mesmo assim, ainda aceitou, embora com “repugnância”, o papel de carcereiro na Ilha das Enxadas, onde “estavam depositados os marinheiros prisioneiros”, escreventes e operários de bordo, “gente que se tinha metido em tal aventura pelo hábito de obedecer, gente inteiramente estranha à questão em debate, gente arrancada à força aos lares ou à calaçaria das ruas [...] ou que se haviam alistado por miséria” e foram abandonados pelos chefes “à mercê do vencedor.” Com o fim da revolta, “o Marechal Floriano ficou senhor da baía” da Guanabara, e Quaresma sofreu “com aquelas lembranças de ódios, sangueiras e ferocidade.” Tais atrocidades não saíam de sua memória.²⁵

Porém foi como carcereiro que Policarpo teve mais uma desilusão, ao presenciar cenas de massacre, de perda da cidadania dos prisioneiros, de seus direitos de indivíduos, vendo as leis não mais consideradas. Na Ilha aqueles eram “escolhidos a esmo, para uma carniçaria distante”, sendo levados para execução no Boqueirão. Diante das execuções, sem julgamento e aleatórias dos prisioneiros da guerra, Quaresma escreveu uma carta veemente, com paixão e indignação ao presidente Floriano, protestando contra a carniçaria, que falava “fundo a todos os seus sentimentos” e princípios morais. Se “o tempo estava de morte, de carnificina”, fora preso como “traidor” da pátria, “um bandido”, visto como um novo inimigo perigoso, que deveria ser isolado e rebaixado, engrossando a fileira das vítimas. Foi jogado numa “masmorra, engaiolado, trancafiado, isolado dos seus semelhantes como uma fera, como um criminoso, sepultado na treva, sofrendo umidade, misturado com os seus detritos, quase sem comer...” A “vitória tinha feito os vitoriosos inclementes e ferozes, e aquele protesto soou entre eles como um desejo de diminuir o valor das vantagens alcançadas”, tornando necessário “dar exemplo de um massacre à turca, porém clandestino, para que jamais o poder constituído fosse atacado ou mesmo discutido”. Ainda segundo Barreto, essa “Era a filosofia social da época, com forças de religião, com os seus fanáticos,

²⁵ BARRETO, 1984, p. 65, 86, 88-9, 100.



com os seus sacerdotes e pregadores, e ela agia com a maldade de uma crença forte, sobre a qual fizéssemos repousar a felicidade de muitos”.²⁶

Tal como fora triste o fim de Policarpo Quaresma, que pagou com a própria vida o sonho do bem-estar e da felicidade do povo brasileiro, muitos o tiveram igual, pois naqueles tempos, “todos tinham sede de matar, para afirmar mais a vitória...” e ficar as coisas na mesma, na “mesma miséria, na mesma opressão...”²⁷

Dessa forma, essa obra oferece-nos um rico testemunho das práticas autoritárias do governo de Floriano Peixoto e o faz como outros testemunhos da época, tendo a paixão por marca, ao mostrar que a consolidação da república não foi tranquila e dada sob o signo do mitológico pacifismo do povo brasileiro. Foi momento de violência institucionalizada, de lutas civis, de violência anônima e cotidiana sofrida pelos cidadãos comuns, no arbítrio contumaz tolerado, mesmo consentido e estimulado, que excedia as necessidades e contagiava os detentores de poderes mínimos, protegidos pela impunidade, nos atentados e violações às liberdades públicas e à segurança dos indivíduos.²⁸

Outras vozes contemporâneas sobre esses acontecimentos apontam os desmandos, as confusões e arbitrariedades praticadas, como Joaquim Nabuco, em *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*; Eduardo Prado em *Fastos da ditadura militar no Brasil*; Afonso Celso de Assis Figueiredo, em *Advento da ditadura militar no Brasil*(1890); Rui Barbosa, em *A ditadura de 1893*, que reuni a série de artigos publicados no *Jornal do Brasil*, dentre outros²⁹; como Barata Ribeiro, que, preso, esboçou na detenção seu livro *Sonho no cárcere: dramas da Revolução de 1893 no Brasil* (1895). Até mesmo jornais foram publicados pelos detentos da Casa de Correção do Rio de Janeiro com críticas ao governo e denúncias, expondo as irregularidades praticadas no presídio, como *A Justiça: journal de três mauvais augure*, o *Busca-pé* e *A Lei*.³⁰

Tais imagens opõem à “herança cultural” legada da história tradicional e oficial moldada pelo viés dos vencedores, que impõem sua visão sobre o ocorrido, que reprime, censura e silencia as representações contrárias àquelas que se quer difundidas. Por meio da

²⁶ BARRETO, 1984, p.100-3.

²⁷ BARRETO, 1984, p.101-2.

²⁸ QUEIROZ, 1986, p. 153, 159-60.

²⁹ QUEIROZ, 1986, p. 164-9.

³⁰ JESUS, Chistianne Theodoro de. Denúncias do cárcere. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 55, p. 88-9, abr. 2010.



escritura de Lima Barreto, podemos acessar tais representações de experiências e resgatar histórias perdidas ou esquecidas da sociedade republicana brasileira no seu alvorecer e, assim, desconstruir e desmitificar significados, ao explicitar ideias, práticas de poder, comportamentos e atitudes que foram empreendidas nesse momento.

Memórias dos cárceres getulistas

Já tratando dos anos de 1930, Graciliano Ramos, que ficou preso, sem indiciamento por, aproximadamente, dez meses, abordou o processo repressivo àqueles que se opunham a Getúlio Vargas, em *Memórias do cárcere*. A obra, como literatura de testemunho, articula história, memória e literatura, por meio da exposição fragmentada do passado realizada pelo autor, que analisa a si próprio, dissecar-se e expõe-se, revelando aspectos, muitas vezes, não alcançados pela historiografia. Sua escritura protesto e resistente, que traz a voz dos vencidos, é uma tentativa de superar o trauma dos absurdos e da violência vivida, de fazer viver o passado, de fixá-lo num texto que resiste à morte.³¹

Graciliano foi preso em 3 de março de 1936 pela polícia política de Vargas, depois da fracassada Intentona Comunista de 1935. Após passar dez meses e dez dias em várias instituições penais, foi libertado em 13 de janeiro de 1937. Procurou depositar no papel suas impressões sobre o cárcere, mas não conseguiu, sentia-se morto e só aos poucos foi ressuscitando. Levou quase dez anos para concretizar sua promessa de por “tudo” aquilo no papel. Experiências que deixaram nele marcas profundas, que requeriam ser sintetizadas, refeitas, revividas, reorganizadas e repensadas para serem reconstruídas ficcionalmente, as quais o poderiam levar novamente ao cárcere se vindas à luz naqueles tempos de Vargas. Em 37, redigiu duas versões. Ao longo dos anos 40, continuou escrevendo seu testemunho e o fez até setembro de 1951, que foi publicado em 53 após sua morte.³²

Segundo Ramos, após os levantes insurrecionais contra o governo ocorridos em Natal, Recife e Rio de Janeiro em novembro de 1935, conhecidos como Intentona Comunista, a liberdade foi cerceada e houve perseguição intensa aos considerados

³¹ SILVA, Kamilly Barros de Abreu. Memórias do cárcere: história, memória e literatura. *Opsis*, Catalão, v. 8, n. 11, p. 210-221, jul-dez. 2008.

³² DAVI, Tânia Nunes. *Subterrâneos do autoritarismo em Memórias do cárcere* (de Graciliano Ramos e de Nelson Pereira dos Santos). Uberlândia: EDUFU, 2007. p. 18-20.



opositores, identificados como comunistas e julgados como uma ameaça ao Brasil. No dizer de Ramos,

O levante do 3º Regimento e a revolução de Natal haviam desencadeado uma perseguição feroz. Tudo se desarticulava, sombrio pessimismo anunciava as almas, tínhamos a impressão de viver numa bárbara colônia alemã. Pior, numa colônia italiana. Mussolini era um grande homem e escritores nacionais celebravam nas folhas as virtudes do óleo de rícino.³³

No entanto o escritor, além de chamar nossa atenção para o namoro e similitudes de Vargas com os regimes nazi-fascistas europeus ou sua recorrência aos métodos repressivos e autoritários, também apontou sua interferência sobre a produção e difusão dos bens culturais, tal como o apego aos princípios e valores morais conservadores e a delicadeza das questões raciais. Nesse sentido, o autor dizia:

A literatura fugia da terra, andava num ambiente de sonho e loucura, convencional, copiava figurinos estranhos, exibia mamulengos que os leitores recebiam com bocejos e indivíduos sagazes elogiavam demais. O romance abandona o palavão, adquirindo boas maneiras, tentava comover as datilógrafas e as mocinhas das casas de quatro mil e quatrocentos. Uma beatice exagerada queimava incenso defumando letras e artes corrompidas, e a crítica policial farejava quadros e poemas, entrava nas escolas, denunciava extremismos. Um professor era chamado à delegacia: “Esse negócio de africanismo é conversa. O senhor quer inimizar os pretos com a autoridade constituída.”³⁴

Em tal contexto, Ramos indicou, ainda, o fechamento do regime também na esfera da política parlamentar e o esfacelamento das forças populares opositoras. Para ele,

O Congresso apavorava-se, largava bambo as leis de arrocho _ e vivíamos de fato uma ditadura sem freio. Esmorecida a resistência, dissolvidos os últimos comícios, mortos ou torturados operários e pequeno-burgueses comprometidos, escritores e jornalistas a desdizer-se, a gaguejar, todas as poltronas a inclinar-se para direita, quase nada poderíamos fazer perdidos na multidão de carneiros.³⁵

Nessa perspectiva, segundo Graciliano, os anos de 1930 foram “um decênio de arrocho”, marcados pela presença do DIP e da polícia, mas em que, mesmo assim, nunca

³³ RAMOS, 1996, p. 51, v. I.

³⁴ RAMOS, 1996, p. 51, v. I.

³⁵ RAMOS, 1996, p. 51, v. I.



houve “censura prévia em obra de arte”, embora, efetivamente, se queimassem alguns livros. No seu dizer, com relação à produção cultural, “em geral a relação se limitou a suprimir ataques diretos, palavras de ordem, tiradas demagógicas...” Para ele, a “liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda podemos mexer”.³⁶

Contudo, ainda assim, não era “impossível acharmos nas livrarias libelos terríveis contra a república novíssima, às vezes com louvores dos sustentáculos dela, indulgentes ou cegos”. Mas, se eram, às vezes, os ideólogos e censores tolerantes ou incapazes de verem as críticas veiculadas em tais libelos, “o pequenino fascismo tupinambá”, segundo Ramos, não chegou “de fato” a impedir que se escrevesse, apenas “suprimiu o desejo de entregar-nos a esse exercício”, levando esse “absolutismo novo, sem disfarces, dentes arreganhados, brutal”, a um “rebaixamento da produção literária”.³⁷

Expressando essa referida supressão do desejo de escrever, Graciliano, ao sair do cárcere, produziu, em 1937, duas versões de seu livro que ficaram incompletas, sendo retomadas, somente em 1946 e escrevendo-o até 1951. Ele ficou de “repouso”, quieto, paralisado por uma década, aquela de maior repressão, ante os muitos “empecilhos” e “espectros” que o atordoavam. Porém, tão logo sentiu-se “ressuscitando”, o que coincide com o período de redemocratização do país, entregou-se ao exercício de pôr no papel aquelas “asperezas” de que foi feita sua vida e de tantos outros na prisão, cumprindo sua promessa de denunciar o arbítrio, a despersonalização e a degradação experimentada nos porões da ditadura do Estado Novo que se constituía.³⁸

Assim como nos regimes totalitários, a noção da existência de “inimigos” da nação foi decisiva no funcionamento do Estado autoritário varguista. Graciliano também nos fala sobre essa faceta, mostrando a configuração de um ideário voltado para produzir identidade e a unidade nacional, do qual emergem imagens dos “inimigos” que ameaçavam a pátria e a colocavam em perigo, possuindo destaque, dentre eles, o comunismo. Nesse sentido, é relevante a passagem na qual Ramos declara: “Inimigos em chusma atacavam a sociedade, éramos cupim no edifício burguês e aplicavam-nos inseticida. A nossa prisão constituía

³⁶ RAMOS, 1996, p. 33-4, v. I.

³⁷ RAMOS, 1996, p. 33-4, 60-1, v. I.

³⁸ RAMOS, 1996, p. 34-5, v. I.



evidência de numerosas ameaças à ordem...”³⁹ Além disso, o escritor, após ser preso, encontrou um “conhecido”, o deputado José da Rocha, que, “ao ter conhecimento da infeliz notícia, recuou, temendo manchar-se”, exclamando “arregalado: _ Comunista!” Tal “espanto”, atrelado a “um imenso desprezo” era advindo da “convicção de achar-se na presença de um traidor”.⁴⁰

No entanto, na edificação e difusão desse imaginário, a imprensa teve papel primordial, sobretudo, aquela conservadora. Segundo Ramos, a “imprensa reacionária” veiculava, por meio de uma “linguagem violenta”, que “éramos uns monstros e o governo, isolando-nos, salva o país”, tudo isso meio “a credulidade e a indiferença do público”.⁴¹ Ainda nesse sentido, o escritor refere-se ao caso de “um jornaleco ordinário”, que publicou seu retrato com a seguinte legenda: “O bagunceiro de Alagoas” e, abaixo, trouxe um escrito violento e injurioso arrasando-o, expondo-o “à execração pública num ataque medonho. Um desordeiro, a prisão era justa”.⁴²

Para o literato, o autoritarismo resultava da própria corrupção do Estado. Conforme Ramos, “o governo se corrompera em demasia” e “para aguentar-se precisava simular conjuras, grandes perigos, salvar o país enchendo as cadeias”. Mas, como “as criaturas suspeitas e os homens comprometidos na Escola de Aviação, no 3º Regimento, na revolução de Natal eram escassos, não davam para justificar medidas de exceção e arrocho, o temor público necessário à ditadura. Assim, prendia-se um viajante alheio aos sucessos do Brasil. Os jornais aplaudiam” numa “publicidade rumorosa”.⁴³

Nesse contexto, qualquer fato era motivo para prisão. Ramos conta que um soneto recitado com “intuito satírico” e marcado por “ironias à segurança pública [...] em 1936” era visto como “desrespeito” e “podia considerar-se um espécie de comunismo”.⁴⁴ Ainda nesse sentido, o personagem do advogado Sobral Pinto, em conversa com o escritor enfatiza que, “com as leis que fizeram por aí”, se ele “fosse chefe de polícia” aquele estaria preso “regularmente, com processo”, pois só a partir de matéria encontrada em “seus romances daria para condená-lo”.⁴⁵

³⁹ RAMOS, 1996, p. 289, v. I.

⁴⁰ RAMOS, 1996, p. 57, v. I.

⁴¹ RAMOS, 1996, p. 244, v. II.

⁴² RAMOS, 1996, p. 299, v. I.

⁴³ RAMOS, 1996, p.133, v. II.

⁴⁴ RAMOS, 1996, p. 58-9, v. I.

⁴⁵ RAMOS, 1996, p. 299-300, v. II.



Em tal conjuntura, de caça aos comunistas, predominavam as delações e acusações presentes mesmo no meio dos próprios presos políticos. Assim, o médico Manuel Leal, sem saber por que estava preso e em desespero pelos trabalhos forçados, declarou, a berros no cárcere, “sem ligar importância aos guardas e à polícia”, que Graciliano estava encarcerado porque era comunista: “_ Desde menino. Sempre foi. Ainda usava calças curtas e já lia essas coisas no balcão de seu pai”.⁴⁶

O escritor, por sua vez, temia transformar-se em delator e “levar à cadeia rapazes inofensivos que tencionavam eliminar a burguesia distribuindo às escondidas nos cafés papéis mimeografados”, como o fazia Jacob, que, na venda do tio, onde trabalhava, “dava aos fregueses opiniões incendiárias, folhas volantes vermelhíssimas, [...] que lhe rendia, segundo afirmavam, abundantes surras do patrão”.⁴⁷ Pertencer a uma organização de esquerda implicava perigo constante num tempo em que, “no entender da polícia, comunista e popular” tinha “a mesma significação”.⁴⁸

Expressar os princípios do materialismo histórico era oferecer indícios suficientes para ser preso. Ser membro da “Juventude Comunista, pichadores de paredes”, como os “rapazes do liceu, operários, soldados e cabos do exército”, era motivo para andarem “perseguidos a esconder-se”, pois “eram [...] agora denunciados”.⁴⁹ Em decorrência disso, no cárcere, Graciliano conviveu “com diversos militares, implicados na sublevação do 3º Regimento e da Escola de Aviação [...] em geral considerados suspeitos” de insubordinação e, logo, “tinham sido eliminados do exército”.⁵⁰

Para o escritor, esses cárceres representavam nossa versão tupinambá dos campos de concentração dos regimes totalitários europeus, o que o levava, como Lima Barreto em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, a questionar sobre “a brandura dos nossos costumes, a índole pacífica nacional apregoada por sujeitos” por ele considerados “de má fé ou idiotas”.⁵¹ Como nos regimes totalitários a lei deixa de ter importância, sendo subordinada à autoridade dos governantes, e essa arbitrariedade nega os direitos dos indivíduos e a liberdade.⁵²

⁴⁶ RAMOS, 1996, p. 123, v. II.

⁴⁷ RAMOS, 1996, p. 68, v. I.

⁴⁸ RAMOS, 1996, p. 241-2, v. II.

⁴⁹ RAMOS, 1996, p. 68, v. I.

⁵⁰ RAMOS, 1996, p. 312-368, v. I.

⁵¹ RAMOS, 1996, p. 69, v. II.

⁵² ARENDT, Hannah. **O sistema totalitário**. Lisboa: Don Quixote, 1978.



Nessas instituições, “várias pessoas que estavam ali sem processo”, sem interrogatório e sem julgamento, viram seus direitos de cidadão suprimidos, experimentando o terror e o horror ao ouvirem o anúncio frio do desígnio de morte, do “desejo de assassiná-los”, podendo ser jogados e rolados no chão, a pontapés, impunemente, pelos soldados. Excluídos da proteção da lei, os presos “especiais” eram jogados no mais baixo nível, ficando junto aos presos comuns, aniquilando, assim, sua dimensão e postura política. Segundo Ramos, “em vez de meter-nos em forno crematório iam destruir-nos pouco a pouco”. No seu dizer, buscava-se, “ao mesmo tempo, em notas oficiais e em discursos badalados no Congresso, [...] abafar tênues rumores, notícias vagas de maus tratos” nos presídios.⁵³ Desta forma, entendia que “A liberdade de imprensa funcionava contra nós, achava o governo excessivamente generoso, e essas mentiras” lhe “davam a certeza de que a reação ainda precisava enganar o público”.⁵⁴

Graciliano também testemunha o procedimento estratégico de, em tais regimes, ocorrer uma multiplicação da autoridade, visando criar certa confusão entre a população, quando busca definir de onde provém o poder. Ramos nos fala que eram os militares que direcionavam o governo e estavam manobrando tudo nos bastidores. Para ele, Vargas, por exemplo, era “... um prisioneiro como nós; puxavam-lhe os cordões e ele se mexia, títere, paisano movido por generais. Forte. Lá fora o viam forte e risonho, achando tudo muito bom; ali dentro o sabíamos um pobre-diabo manejado pela embaixada alemã, pela embaixada italiana, por intermédio da chefatura de polícia”.⁵⁵ Para o escritor, Vargas era um marionete, que agia em decorrência das determinações das nações estrangeiras e do direcionamento dado pelos militares, não possuindo ação autônoma e independente, como, em discurso, propunha para os caminhos do desenvolvimento nacional.

Graciliano passou por várias prisões e as representações que produziu sobre elas são uma metáfora da sociedade brasileira daquele momento. Os lugares em que esteve preso “configuram uma descida de preso de alta classe, passando a por prisioneiro remediado, ‘até ser atirado a enxovia da ralé’, na Colônia Correccional de Dois Rios, na Ilha Grande, litoral do Rio de Janeiro.” De início, em Maceió, ao ser preso, foi levado de trem para um Quartel do Exército, no Recife, onde passou quinze dias em uma cela na Ala dos Oficiais. Era uma

⁵³ RAMOS, 1996, p. 691, v. II.

⁵⁴ RAMOS, 1996, p. 343, v. I.

⁵⁵ RAMOS, 1996, p. 291, v. I.



prisão de luxo. O próximo passo era um salto para baixo na escala das prisões. Foi transferido no porão do navio Manaus para o Rio de Janeiro, espremido com cerca de trezentos prisioneiros detidos no nordeste sob a acusação de participar na Intentona. Nesse “calhambeque muito vagabundo”, insalubre, sem higiene, em “terrível fedor”, calor e fumaça, conviveu com “fardos humanos abatidos pelos cantos”.⁵⁶

Já no Rio, foi conduzido à Casa de Detenção da rua Frei Caneca, ao Pavilhão dos Primários, ao lado da Sala 4, onde ficavam alojadas as mulheres, como Olga Benário, Elsa Berger, entre outras. As condições eram precárias, com celas apertadas, higiene sofrível e comida intragável, mas entrou em contato com muitos intelectuais e militantes presos e com os debates no Coletivo. Dali, foi transferido para a Colônia Correccional, não para corrigir-se, mas para “morrer”, e lá “permaneceu por onze dias, convivendo com ladrões, assassinos, escrunchantes, vigaristas, presos políticos, carcereiros fascistas, em um ambiente insalubre e violento de campo de concentração.” Esse período marcou profundamente sua psique e seu físico, deixando-o espantado com sua aparência ao sair de lá para a Casa de Correção, em que ficou por vários dias na enfermaria até ser libertado, com a intervenção de Sobral Pinto, que passou a representá-lo. Assim, *Memórias* foi dolorosamente construído, por narrar a despersonalização, a violência e o arbítrio cometido contra os encarcerados pelo governo autoritário de Vargas.⁵⁷

Portanto, *Memórias do cárcere* é um “lugar de memória”, de memórias silenciadas e subterrâneas, que guarda e perpetua imagens de fatos e personagens ilustres de nossa história que são o avesso do que o discurso oficial esforçou por consolidar. Suas lembranças ativam a memória coletiva, impedindo o esquecimento e o silenciamento de vozes que nos contam uma “outra história” da nação brasileira.

Infelizes anos da ditadura militar

No entanto, se Graciliano Ramos, ao escrever suas memórias das prisões varguistas, nos deixou-nos um documento das atrocidades cometidas naquele período, Marcelo Rubens Paiva, por sua vez, um jovem literato nada canônico, também produziu seu testemunho das

⁵⁶ DAVI, 2007, p. 34-5. ; RAMOS, 1996, p. 117, 137, 124-5, 151, v. I.

⁵⁷ DAVI, 2007, p. 36-7. ; RAMOS, 1996, p. 69, 191, 297-300, v. II.



práticas autoritárias dos governos militares no Brasil na década de 1970 a partir de um processo de autorreflexão que o levou a representar suas experiências referentes ao período mais ferrenho da ditadura do pós 1964, quando seu próprio pai foi uma das vítimas da repressão política.

A literatura jovem, fomentada nesse momento, manifesta as ideias, os problemas e as frustrações enfrentadas por muitos grupos sociais em relação aos projetos revolucionários levados a cabo no início dos anos 1960, paralelamente com as táticas impetradas de atuação política junto ao Estado. No caso de Paiva, *Feliz ano velho* revela a apreensão de um autor jovem dos problemas, práticas e situações criadas pelos militares, jogando por terra certas projeções generalizantes presentes entre a maioria da população sobre os anos de “chumbo”, quando também os direitos dos cidadãos e as leis foram desconsiderados. Conforme o autor, mesmo já na abertura, no início da década de 1980, “justiça neste país é uma palavra sem muita importância. As pessoas de farda ainda são os donos do Brasil”.⁵⁸

A obra, que é fruto de uma perspectiva memorialista, apresenta uma autobiografia de um jovem. Ela mescla o caráter de depoimento com doses de humor, sendo um escrito que constitui uma narrativa do *eu* que se expõe, dando sentido ao movimento que o cerca, falando por isso aos outros. Partindo de relatos autobiográficos, do “cárcere do eu”⁵⁹, o livro se insere num conjunto de obras que são um híbrido de memórias políticas, de reconstituição de um tempo, de recuperação de experiências, que ora tendem para a ficção, ora para o documento.

Com as transformações desencadeadas com a crise do “milagre econômico”, a qual levou diversos segmentos da sociedade a retirar seu apoio aos governantes militares, o avanço do processo de redemocratização e o afrouxamento da ditadura nos fins dos anos de 1970 e início daqueles de 1980, estabeleceu-se no Brasil um novo campo literário caracterizado pela expansão do mercado cultural e da indústria editorial. Nesse contexto, surgiram novos autores, como Paiva, produzindo textos a partir de histórias de uma geração de jovens que experimentaram os percalços da ditadura e do autoritarismo.

⁵⁸ PAIVA, 1982, p. 65

⁵⁹ SUSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**: polêmicas, diários e retratos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. p. 92-3.

⁶⁰ PAIVA, 1982, p. 63.



No início da década de 1970, a sociedade brasileira experimentou uma violenta onda de repressão, de caça e de perseguição aos adversários do governo. Nesse período, foram muitas as prisões sendo justificadas pelos princípios e ideias da teoria de defesa e de “segurança nacional”. Com a promulgação do AI-5 em 1968, muitos foram parar nos cárceres e porões da ditadura, sem ter-lhes sido respeitado o direito de comunicação e de desfrutar daquele do habeas-corpus, os suspeitos de subversão.

Nos “anos de chumbo”, período mais ferrenho e repressivo da ditadura militar, iniciado com a promulgação do AI-5, marcado por violências e ausência de limites dos ocupantes do poder, em que os cidadãos tiveram seus direitos políticos e individuais suprimidos, a censura e a perseguição aos contrários ao regime, produziram cenas de tirania e de horrores. Histórias de desaparecidos, torturados e mortos, permearam o imaginário social, as quais se tornaram, quando foi possível, matéria-prima para muitos escritos, que mesclaram ficção e documentário, em expressões tidas como fator de resistência social, estratégia de luta e de conquistas da liberdade. Remetendo a esse momento, Paiva, dizia que o governo “estava-se torturando gente como nunca, e havia-se criado uma tática mais eficiente: mata-se o inimigo, depois some-se o corpo”.⁶⁰

Assim, muitos romances buscaram denunciar o autoritarismo e a brutalidade que assombrava o país, sendo mesmo documentos do horror, que mencionam desaparecimentos e torturas, as dores diversas que produziam tais experiências, configurando em espaços das dores e em lugares em que a memória ficou resguardada para exemplo e vergonha das gerações futuras.⁶¹

No bojo de tais obras, *Feliz ano velho*, lançado em 1983, pela editora Brasiliense, é um romance-memória de uma geração, que tem como ponto de partida a convalescença do autor, de um acidente que o deixou paraplégico. Paiva, numa prosa autobiográfica, faz um apanhado de antes e depois desse acontecimento, e, no plano retrospectivo, abrange os anos de sua vida universitária ativa, o internamento hospitalar, até regressar às profundezas mais sofridas de sua infância, ao narrar sobre o misterioso desaparecimento de seu pai, nas mãos

⁶⁰ PAIVA, 1982, p. 63.

⁶¹ DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro**. Brasília: EdUNB, 1996. p. 24-5.

⁶² SILVERMAN, Malcolm. **Protesto e o novo romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67, 75, 418.

⁶³ PAIVA, 1982, p. 58



dos agentes de segurança, o que o tornou um dos mais famosos mártires da ditadura junto a Vladimir Herzog.⁶²

Nesse período, o exílio foi destino de muitos daqueles perseguidos pelo regime. O pai do futuro escritor, que, nessa época, tinha onze anos, o deputado e engenheiro Rubens Paiva, não tinha muito “o que fazer politicamente”, viajava pouco e ficava muito em casa, visto que “a maioria de seus amigos estavam no exílio”.⁶³ Devido ao golpe o presidente João Goulart, impossibilitado de resistir, exilou-se no Uruguai, como Leonel Brizola. Paiva, que fora deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro antes do golpe, e que, no início dos anos de 1970, era filiado ao Partido Socialista Brasileiro, possuía ideias getulistas e nacionalistas, havendo sido da cúpula do governo Goulart. Portanto, tinha seu nome na lista dos perseguidos por ser militante leal ao governo democrático. Dessa forma, sua residência no Rio de Janeiro era vista como “um verdadeiro Estado maior”, onde se articulava a oposição e se reuniam “jornalistas e o que sobrou do Governo Jango: Raul Rify, Valdir Rires, Bocaiúva Cunha, Fernando Gasparian, Flávio Rangel, Hélio Fernandes, José Aparecido”.⁶⁴

Contudo, em 20 de janeiro de 1971, a casa da família Paiva foi invadida por “militares à paisana, armados com metralhadoras”, que mantiveram as filhas e a empregada do deputado sob mira, dando a ele ordem de prisão e estipulando que comparecesse na Aeronáutica para depor. Eram agentes do DOI-CODI e foram encarregados de detê-lo e levá-lo, ainda que sem ordem escrita e sem apresentar os motivos de tal ação.⁶⁵

O clima na casa era de incerteza e tensão, sendo uma metáfora significativa da sociedade brasileira. Marcelo, como muitos, não entendeu de imediato o que acontecia e só depois tomou consciência de que todos eram “prisioneiros”. Viu o telefone fora do gancho, observou que ninguém saía, ficando presos os que chegavam e, por ordens de sua mãe, às escondidas, recebeu a incumbência de entregar uma caixa de fósforos na casa da vizinhança,

⁶² SILVERMAN, Malcolm. **Protesto e o novo romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 67, 75, 418.

⁶³ PAIVA, 1982, p. 58

⁶³ PAIVA, 1982, p. 58

⁶⁴ PAIVA, 1982, p. 58-9.

⁶⁵ PAIVA, 1982, p. 60.



contendo um pequeno papel dobrado dizendo: “O RUBENS FOI PRESO, NINGUÉM PODE VIR AQUI, SENÃO É PRESO TAMBÉM.”⁶⁶

Depois de ficarem um dia e uma noite com “os caras” dentro de casa, de “plantão”, sua mãe e irmã de 15 anos tiveram também de acompanhar os agentes militares. Marcelo, suas outras irmãs e empregadas ficaram “encolhidos num canto morrendo de medo”. Sua irmã ficou presa um dia, e sua mãe, Eunice, duas semanas. Ela passou “no quartel da Barão de Mesquita, Polícia do Exército, treze dias numa cela individual” e sofreu diversos interrogatórios, nos quais perguntavam sempre, sobre as ideias políticas de seu esposo, dos frequentadores de sua casa e quem eram. Dessa experiência, voltou “irreconhecível, muito mais magra”, mostrando sinais claros de tortura psicológica. Ela “era obrigada a ver coleções de fotos e exigiam que as reconhecesse”, ainda que só identificasse o marido.⁶⁷ Os militares buscavam arrancar dos prisioneiros, a qualquer custo, informações e contavam com a delação, sendo a tortura peça elementar na estrutura repressiva praticada pelos órgãos do governo autoritário.

O deputado Rubens Paiva permaneceu como desaparecido, e, como no início dos anos de 1970, “a censura da imprensa não estava tão rigorosa”, o caso vazou para o público criando uma polêmica. “Todos os dias saíam artigos nos jornais: ONDE ESTÁ RUBENS PAIVA?” e, buscando manipular a opinião pública, o “governo dizia que ele não se encontrava preso”, ao passo que a réplica questionava:

MAS COMO NÃO ESTAVA PRESO, SE SUA MULHER VIU A FOTOGRAFIA DELE NO ÁLBUM DA PRISÃO? A resposta era cínica e covarde: A MULHER DE RUBENS PAIVA NUNCA ESTEVE PRESA, NEM SUA FILHA.⁶⁸

Dessa maneira, a família, a imprensa e os amigos, empenhavam-se para conhecer o paradeiro de Paiva. Porém o medo era crescente, tornava-se generalizado, calava bocas, impossibilitava e impedia a apuração das responsabilidades e a punição dos envolvidos. A “única testemunha do caso”, professora das irmãs do futuro escritor, “nunca contou a

⁶⁶ PAIVA, 1982, p. 60-1.

⁶⁷ PAIVA, 1982, p. 61-2.

⁶⁸ PAIVA, 1982, p. 62.



história” fosse para a família ou para os jornalistas. O silêncio imposto calava as testemunhas.⁶⁹

Em tal contexto, de medo, de silenciamento, muitas histórias ficaram ocultadas, mas aqui e acolá, escapavam algumas informações. Isso ocorreu com uma versão contada mais tarde e por alto, pelo marido de Cecília Viveiros de Castro, uma das vítimas e amiga da família, que também esteve na 3ª Zona Aérea, para onde levaram depois o deputado aprisionado. Durante o transcorrer dos castigos e torturas, expressos em atos como permanecer “de pé muito tempo, com os braços pra cima, num recinto fechado”, Cecília “fraquejou, sendo amparada” pelo deputado. A atitude “irritou o chefe do interrogatório”, que “começou a surrá-lo”, até que outra prisioneira gritou que iriam “matá-lo” e o oficial “completamente fora de si” agarrou-a pelos cabelos, forçando-a a aproximar de Paiva, estirado no chão, dizendo: _ “Aqui não se tortura, isto é uma guerra”.⁷⁰ Tal postura representa o ocorrido com inúmeros cidadãos nos porões da ditadura.

Ante o desaparecimento do deputado, sua família impetrou três pedidos de *habeas corpus*, mas sem sucesso. Eunice, a esposa, foi “à PE [Polícia do Exército] ver se conseguia alguma notícia”, ficando de pé horas a esperar no portão, até que, por fim, ouviu de um policial, comovido, que aquilo não adiantava: “Os homens não vão devolver o que a senhora quer...”. Já, por outro lado, “No Congresso Nacional havia debates agitados”, além das variadas “reuniões do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana”, as quais “passaram a ser secretas, depois do caso. Mesmo sob censura, a imprensa pegava no pé”. Tornou-se ainda mais comum vir a público notícias ocas e respostas vazias, sem sentido, visando escamotear o caso e amenizar suas repercussões.⁷¹

Para controlar a sociedade, o governo tomava medidas pautadas na Doutrina de Segurança Nacional e criou SNI (Serviço Nacional de Informações), que foi o mais severo órgão da máquina repressiva, encarregado de recolher e avaliar informações. O motivo da prisão de Paiva resultava da investigação e do controle das correspondências que chegavam e saíam do país. Foi “uma carta enviada por alguns amigos exilados no Chile”, trazida por

⁶⁹ PAIVA, 1982, p. 64.

⁷⁰ PAIVA, 1982, p. 64..

⁷¹ PAIVA, 1982, p. 62-3.



Cecília Viveiros de Castro, interceptada no aeroporto pelos “agentes de segurança nacional”, a determinante da prisão de ambos.⁷²

No entanto “Rubens Paiva não era o único desaparecido”, havia “centenas de famílias na mesma situação”, sendo comuns filhos que não sabiam, se eram órfãos e mulheres, se viúvas. Nessa conjuntura, conforme o escritor, era provável que Paiva estivesse “enterrado como indigente em algum cemitério do Rio”, como ocorria com inúmeros prisioneiros do regime, após as sessões de tortura que eram realizadas com “pau-de-arara” e descargas elétricas nos interrogados.⁷³

Portanto, ocorria um dilaceramento do “eu” dos envolvidos em tais situações, principalmente, por parte das famílias que tiveram suas vidas afetadas e alteradas pela perseguição. Dores e sentimentos que ficaram encarcerados também, até que foi possível virem à tona em narrativas romanceadas que deram vazão a tais memórias. Era comum a incerteza oriunda de informações desencontradas, apontando paradeiros diversos para os desaparecidos como estar em Fernando de Noronha ou “preso no Xingu”, ou “internado num hospício como indigente” ou “exilado no Uruguai esperando um momento melhor para voltar”. A situação toda era sentida pelos familiares como sendo de “tamanho absurdo” que nem Kafka a teria pensado. O escritor, apontando tais práticas, trata de suas consequências e questiona seu absurdo:

... uma mãe de cinco crianças ter a sua casa invadida por soldados armados com metralhadoras, levarem seu marido sem nenhuma explicação e desaparecerem com ele? [...] essa mãe também ser presa no dia seguinte, com sua filha de quinze anos, sem nenhuma explicação? Ser torturada psicologicamente e depois ser solta sem nenhuma acusação? [...] essa mãe, depois, pedir explicação aos militares e eles afirmarem que ela nunca fora presa e que seu marido não estava preso? Procurar por dois anos, sem saber se ele estava vivo ou morto.⁷⁴

O governo militar, para evitar o desgaste que as versões, repetidas sobre o caso por meio da imprensa, poderiam causar, recorria à prática, “cínica e covarde”, de ocultação das prisões. Tornou-se comum o fenômeno do “desaparecimento”, que era a “versão mais idiota que já inventaram”. Porém, no caso de Paiva, “eles cometeram uma gafe”, que comprovava sua prisão e que logo contrariava o dito desaparecimento. Ao ser preso, o deputado foi até o

www.veredasdahistoria.com

⁷² PAIVA, 1982, p. 63-4.

⁷³ PAIVA, 1982, p. 65.

⁷⁴ PAIVA, 1982, p. 31.



quartel dirigindo seu carro, que só foi retirado de lá algum tempo depois por uma parenta que pegou com os militares “um recibo com timbre do Exército.”⁷⁵

De mão de tal documento, foram “impetrados três pedidos de habeas-corpus, mas nada aconteceu”. Somente um deles foi julgado e, mesmo assim, em sessão secreta, para abafar o caso e evitar a proliferação de novas discussões que pudessem afetar os militares. Restava à sociedade esperar que algum dia ocorresse o “juízo dos milicos que fizeram isso com ele.”⁷⁶

Conforme Paiva, as ações repressivas e violências praticadas pelos militares contra milhares de cidadãos, nos “anos de chumbo”, revelavam “o sadismo de alguns imbecis que apenas por vestirem fardas e usarem armas se acham no direito divino de tirar a vida de uma pessoa, pelo ideal egoísta de se manter no poder”. Militares que possuíam “um código de ética para se protegerem mutuamente (como no caso Rio centro)”⁷⁷. Nesse lugar, já na abertura, durante a realização de um grande show, agentes do DOI-CODI armaram um atentado e receberam apoio e influência dos militares no processo de apuração dos fatos. De imediato, o Exército assumiu a responsabilidade pelas investigações e os acusados foram inocentados.⁷⁸

No início da década de 1980, eram muitas as esperanças de que ainda chegaria o dia “dos que desapareceram com vinte mil na Argentina”, com “30 MIL EM EL SALVADOR” e outros tantos no Brasil, pagassem ou reconhecessem publicamente suas ações. Todos “esses desaparecimentos” tinham “o mesmo significado” e mostravam o contexto mais amplo no qual se inseria a ditadura brasileira: o autoritarismo presente em grande parte da América do Sul e Central, que também vivia os percalços dos regimes ditatoriais.⁷⁹

Por volta de 1974, uma política de flexibilização prometia uma distensão do regime autoritário, lenta e gradual. Mas as pessoas continuavam sendo humilhadas, torturadas e assassinadas. Marcelo, por essa época, “já estava conformado”⁸⁰ de que seu pai estar

⁷⁵ PAIVA, 1982, p. 62-3.

⁷⁶ PAIVA, 1982, p. 63, 170.

⁷⁷ PAIVA, 1982, p. 65.

⁷⁸ BARROS, Edgard Luís de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 102.

⁷⁹ PAIVA, 1982, p. 65.

⁸⁰ PAIVA, 1982, p. 64.

⁸¹ BARROS, 1991, p. 74-5.

⁸² PAIVA, 1982, p. 65.



morto.⁸¹ No começo dos anos de 1980, a sociedade civil clamava pela anistia aos condenados políticos e forçava a promessa de “abertura” política. Foi após iniciar as anistias, que Paiva soube, por meio de um repórter, que esteve próximo a Médice, que o ex-governante admitira a morte do deputado, considerando o caso como um “acidente de trabalho”. Iniciava-se a descoberta das atrocidades praticadas pelos militares como as “barbaridades cometidas nos porões dos quartéis”, que ceifaram a vida de muitos prisioneiros.⁸²

Essas cenas de um país assolado por práticas repressivas e ditatoriais aparecem ainda em *Feliz ano velho* por meio de referências intertextuais, quando Paiva nos remete às experiências daqueles que foram exilados políticos e que eram anistiados. Ao adentrar na leitura das “aventuras do Gabeira”, de suas memórias políticas narradas em *O que é isso Companheiro*, identifica-se “profundamente com ele”, dizendo que foi muito importante para si a revelação das situações, do sufoco vivido por um sujeito perseguido e obrigado viver “na condição de exilado [...] sem poder voltar” ao Brasil.⁸³

Por essa época, a sociedade apresentava ainda outros sinais de reorganização e resistência, manifestando e expressando suas inquietações por meio de “pichações de muros” nas cidades, as quais conclamavam e experimentavam a “Liberdade de Expressão e Organização”. Essas práticas configuravam uma nova maneira de resistência, de expressão e posicionamento de oposição à repressão ditatorial. Paiva exorcizava suas inquietações com a sociedade conservadora e opressora dizendo: “pichem. Invadam o espaço, xinguem a mãe do presidente, declarem amor à sua prostituta preferida”.⁸⁴

De tal forma Paiva deixou seu testemunho literário de mais esse momento de autoritarismo na sociedade brasileira republicana. Suas lembranças se constituem em histórias que poderiam não ser produzidas pela historiografia e que, assim, iriam cair no esquecimento, em virtude do predomínio das memórias e da história oficiais. Ao organizar, pensar e sintetizar sobre os acontecimentos que seriam tratados em sua reconstrução ficcional, o escritor expõe seu reconhecimento do poder da escrita como instrumento de suporte da memória. Para ele, as palavras impressas permitem ao leitor criar expectativas,

⁸¹ BARROS, 1991, p. 74-5.

⁸² PAIVA, 1982, p. 65.

⁸² PAIVA, 1982, p. 65.

⁸³ PAIVA, 1982, p. 37-8.

⁸⁴ PAIVA, 1982, p. 98, 162-3.



possuindo “sentimentos, mais verdade” e conhecimentos. Logo, seu livro, narrativa de suas experiências, assim como os de outros indivíduos, como Gabeira, as fixavam no impresso: “estava ali e não poderia ser apagado, enquanto a memória apaga facilmente”.⁸⁵

Marcelo faz parte de uma geração de jovens escritores que sofreram diretamente com os acontecimentos repressivos da ditadura militar, sendo sua reflexão crítica sobre esse regime permeada por seu próprio envolvimento nas questões. Se essa geração instaura o primado da memória voluntária, marcado por uma autocrítica esgarçada, com experiências narradas sob tensão emocional, Paiva a ameniza com seu humor e com sua linguagem despojada, jovem e coloquial.

O escritor, ao tratar das práticas dos militares, como a anulação de seus opositores por meio da tortura, do desaparecimento nos porões da repressão, da clandestinidade ou do exílio, expõe como aqueles afirmavam seu domínio e poder. Assim, revela um regime de violência e força, que lançou mão ainda para sua dominação da tradição festiva do povo brasileiro, usando-a para encobrir e dissimular suas ações autoritárias.

Numa nação retratada pela fórmula: “Samba, praia e futebol”, elementos que davam “charme pra esse país com fome, doença e repressão”⁸⁶, as propagandas ufanistas, de forte teor nacionalista, recorrendo a tais aspectos e com *slogans* oficiais, serviram aos intentos do governo. Conforme Paiva, nesse contexto marcado pela “autocensura”, mas também por “uma mentalidade conservadora da cultura”, os meios de comunicação de massa, como as rádios, não tocavam nada “novo e diferente como o som de Caetano”, mas músicas do Benito de Paula ou daquela “duplinha reacionária, Dom e Ravel (*eu te amo, meu Brasil, eu te amo, meu coração é verde, amarelo, branco e azul anil...*)”. Isso era “muito mais cômodo” e criava “muito menos problema prum país repressivo...”⁸⁷

Portanto, as obras de Lima Barreto, Graciliano Ramos e Marcelo Rubens Paiva são testemunhas e lugares de memórias que retêm representações de aspectos de grande interesse do processo histórico da experiência republicana brasileira marcada, não raro, por governos autoritários. Elas permitem a sobrevivência de um imaginário, de imagens e imaginação, daqueles que foram anulados em tais lutas, sendo uma denúncia e crítica ao

⁸⁵ PAIVA, 1982, p.81.

⁸⁶ PAIVA, 1982, p. 115.

⁸⁷ PAIVA, 1982, p. 160-1.



VEREDAS DA HISTÓRIA

1º Semestre de 2010
www.veredasdahistoria.com

Ano III - Ed. 1 - 2010
ISSN 1982-4238

autoritarismo, lugares de memórias de nossa sociedade que trazem impressos e retidos, traçados de cenas autoritárias, de abuso de poder e de desmando, mas também de sonhos e expectativas de dias melhores. Aí fixadas, tais memórias não se perdem e bloqueiam a possibilidade de serem apagadas, esquecidas e imobilizadas, pois sempre revisitadas por diversos leitores e vivendo de sua aptidão para adequar-se às metamorfoses constantes do mundo, submetidas a incessantes e intermináveis leituras, apropriações, reelaborações e ressignificações, conforme os interesses e intenções daqueles que as acessam.



www.veredasdahistoria.com



Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. **O sistema totalitário**. Lisboa: D. Quixote, 1978.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Moderna, 1984.

BARROS, Edgard Luís de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1991.

CAPELATO, Maria H. R. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário de República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASALECCHI, José E. **A proclamação da República**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro**. Brasília: EdUNB, 1996.

DAVI, Tânia Nunes. **Subterrâneos do autoritarismo em Memórias do cárcere** (de Graciliano Ramos e de Nelson Pereira dos Santos). Uberlândia: EDUFU, 2007.

JESUS, Chistianne Theodoro de. Denúncias do cárcere. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 55, p. 88-9, abr. 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PENNA, Lincoln de Abreu. **O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República**. Rio de Janeiro: Sette letras, 1997.



QUEIROZ, Suely R. R. de. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. Rio de Janeiro: Record, 1996. v. I e II.

SILVA, Kamilly Barros de Abreu. Memórias do cárcere: história, memória e literatura. **Opsis**, Catalão, v. 8, n. 11, p. 210-221, jul-dez. 2008.

SILVERMAN, Malcolm. **Protesto e o novo romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SUSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária**: polêmicas, diários e retratos. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2004.